



ID: EE88617EA2074



Estado do Piauí-PI  
Prefeitura Municipal de Palmeira do Piauí-PI  
CNPJ. N.º 06.554.372/0001-46  
Praça Né Luz, 322 – CEP. 64.925-000  
Tel. (89) 3568 1302  
e-mail: pmpalmeiradopi@gmail.com

PORTARIA Nº 045/2024

Palmeira do Piauí – PI, de 01 de setembro de 2024.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de  
Palmeira do Piauí, Senhor JOÃO DA CRUZ ROSAL  
DA LUZ, no uso de suas atribuições legais.

**RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR o(a) Senhor(a) Antonio Carlos Chies, portador(a) do CPF 016.908.469-84 para o cargo de Assessor(a) Especial do Prefeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e será publicada do site do Diário Oficial das Prefeituras Piauienses.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palmeira do Piauí – PI, 01 de setembro de 2024.

CERTIFIQUE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE



ID: 83272488D50B4

Estado do Piauí

**PREFEITURA DE MONSENHOR GIL****EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato Administrativo: nº 051/2024

Processo Administrativo: nº 043/2024

Procedimento Licitatório: nº 020/2024

Modalidade: Dispensa

Fundamentação Jurídica: art. 75, II da Lei 14.133/2021

Objeto: FORNECIMENTO DE QUENTINHAS, REFEIÇÕES E BEBIDAS NÃO ALCOÓLICAS  
PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE MONSENHOR GIL-PI

Contratante: Município de Monsenhor Gil- PI.

Contratado: P VALADARES R DOS SANTOS - ME, CNPJ Nº 43.844.916/0001-30

Valor Global: R\$ 59.000,00

Data da assinatura: 19 de setembro de 2024.

Recursos: Próprios e outros.

Vigência: 31 de dezembro de 2024.



ESTADO DO PIAUÍ  
Câmara Municipal de Paquetá  
Rua Joaquim Gonçalves nº 454 - Centro  
CEP 64.618-000 – Paquetá – PI  
CNPJ nº 03.589.574/0001-35

ID: 3A2AFBF651CB4

ESTADO DO PIAUÍ  
Câmara Municipal de Paquetá  
Rua Joaquim Gonçalves nº 454 - Centro  
CEP 64.618-000 – Paquetá – PI  
CNPJ nº 03.589.574/0001-35

LEI Nº. 187/24, DE 06 DE SETEMBRO DE 2024.

“DISPÕE SOBRE OS SUBSÍDIOS DO PREFEITO,  
DO VICE-PREFEITO E DOS SECRETÁRIOS  
MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE PAQUETÁ –  
ESTADO DO PIAUÍ, NA FORMA DA LEI QUE  
INDICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

A Câmara Municipal de Paquetá – Estado do Piauí, por seu Presidente, no uso de suas atribuições legais e considerando o que dispõe o Art. 29, V, com a nova redação que lhe deu a Emenda Constitucional nº 19/98 e os artigos 37, XI, 39, §4º, 150, II, 153, III e 153, §2º, todos da Constituição Federal, faz saber a todos os municípios que o Plenário aprova e o Exmº. Sr. Prefeito Municipal de Paquetá sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O subsídio mensal do Prefeito Municipal, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais de Paquetá do Piauí – Estado do Piauí, para a 7ª Legislatura, no período de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028, é fixado de acordo com os seguintes valores:

I – Fica fixado o subsídio mensal do Prefeito Municipal de Paquetá – Estado do Piauí, a partir de 01 de janeiro de 2025 em **R\$ 15.000,00(Quinze mil Reais)**;

II – Fica fixado o subsídio mensal do Vice-Prefeito Municipal de Paquetá – Estado do Piauí, a partir de 01 de janeiro de 2025 em **R\$ 7.500,00(Sete mil e quinhentos reais)**;

III - A remuneração dos secretários Municipais de Paquetá – Estado do Piauí, a partir de 01 de janeiro de 2025, no valor de **R\$ 4.000,00(quatro mil reais)** mensais.

**Parágrafo Único** – No caso de substituição do Prefeito, durante seus impedimentos legais, licenças e ausências, o Vice-Prefeito receberá proporcionalmente aos dias de titularidade do cargo, o valor do subsídio mensal previsto no inciso I.

Art. 2º - As férias do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais observarão as seguintes regras:

I – serão gozadas em período de 30 (trinta) dias, a partir de 1º de janeiro de 2026;

II – serão remuneradas com adicional de um terço calculado sobre o valor do respectivo subsídio mensal;

III – as férias equivalentes ao período de 1º de janeiro de 2028 a 31 de dezembro de 2028, serão indenizadas a partir de janeiro de 2029;

Art. 3º - O Prefeito, o Vice-Prefeito e os Secretários Municipais farão jus a parcela anual do décimo terceiro salário cujo pagamento deverá ocorrer na mesma data em que for pago aos demais servidores municipais

Art. 4º - É facultado ao Prefeito, quando for servidor titular de cargo, emprego e função, optar pela sua remuneração de origem.

Art. 5º - O subsídio mensal do Prefeito Municipal e do Vice-Prefeito terão sua expressão monetária revisada anualmente, por Lei específica, considerando os mesmos índices e as mesmas datas observadas para a revisão geral da remuneração dos servidores do Município, observada a vigência da Lei Complementar Federal nº 173/2020.

Art. 6º - A Presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025.

Sala das sessões da Câmara Municipal de Paquetá, Estado do Piauí, em 04 de setembro de 2024.

**Reginaldo Moura Carvalho**  
Presidente

**Raiane Monteiro de Moura**  
1º Secretária